

Em 16 de maio de 2016, completaram 75 anos de sua instalação oficial a 1ª e a 2ª Varas do Trabalho de Porto Alegre, à época denominadas Juntas de Conciliação e Julgamento.

Ambas foram criadas pelo Decreto nº 6.596, de 12 de dezembro de 1940, e instaladas, inicialmente, na Rua General Câmara, nº 261, primeira sede da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul, em espaço cedido por um banco. No segundo andar do prédio, funcionavam as duas JCJs, a Distribuição e o próprio Tribunal.



A 1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

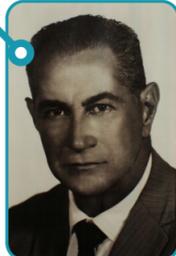
Na instalação, o Juiz do Trabalho era **Jorge Antônio da Silva Surreaux** sendo vogais Paulo João Ernesto Dohms, representante dos empregadores, e José Luiz do Prado, representante dos empregados.

O **primeiro funcionário**, requisitado à Delegacia Regional do Trabalho, foi **Orocil Dutra**, que acumulava as funções de Secretário da 1ª JCJ e Distribuidor dos Feitos.

Responderam pela unidade os magistrados:

JORGE ANTONIO SILVA SURREAUX
PERY SARAIVA
ALCINA TUBINO ARDAIZ SURREAUX
MILTON MOREIRA FRAGA
RENATO GOMES FERREIRA

JANE ALICE DE AZEVEDO MACHADO
MILTON MOREIRA FRAGA
LAÍS HELENA JAEGER NICOTTI
RICARDO FIOREZE
MARIA TERESA VIEIRA DA SILVA OLIVEIRA



A atual magistrada titular da unidade é a Juíza **Carla Sanvicente Vieira**. A Juíza substituta é **Fabiane Martins**. O Diretor de Secretaria é o servidor **Carlos Joel de Brum Barbosa**.



O Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho foi implantado na unidade em 23 de setembro de 2013.

Em todo o ano de 2015, foram distribuídos à 1ª Vara do Trabalho **1.710 processos**. Em junho de 2016, já tinham sido recebidos **943 processos**, **172 somente naquele mês**.

A 1ª Vara do Trabalho de Porto Alegre possui na parede de sua sala de audiências uma placa alusiva a passagem de seus 50 anos, que ocorreu há 25 anos.

Carlos Joel de Brum Barbosa,
Diretor de Secretaria da 1ª Vara do Trabalho



Equipe atual da 1ª Vara do Trabalho de Porto Alegre

"É uma diretriz da Unidade atender as pessoas tendo em mente que, para quem está do outro lado do balcão, cada processo que tramita por aqui representa a solução de um problema, para que procuremos agir de modo a não nos tornarmos mais um problema na vida dos jurisdicionados."

Mauricio Schmidt Bastos,
Juiz do Trabalho Titular da 2ª Vara do Trabalho

A 2ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO



A 2ª Junta de Conciliação e Julgamento começou presidida pelo Juiz do Trabalho **Dilermando Xavier Porto**, sendo vogais representante dos empregadores Antônio Angelo Carraro e, dos empregados, Silvio Umberto Ulderico Sanson. Seu primeiro funcionário, igualmente requisitado à DRT, foi **Júlio Grevy Amazonas de Almeida**, também Secretário do Conselho Regional do Trabalho (atual TRT).

Foram titulares da unidade os Juízes:

DILERMANDO XAVIER PORTO
FERNANDO FERNANDES PANTOJA
CARLOS ALBERTO BARATA SILVA
BRENO SANVICENTE
CLOVIS PEREIRA ASSUMPCÃO

CARLOS EDMUNDO BLAUTH
GILBERTO LIBÓRIO BARROS
ESTEVÃO VALMIR TORELLY RIEGEL
MARIA BEATRIZ CONDESSA FERREIRA
CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ

O atual magistrado titular da unidade é o Juiz **Mauricio Schmidt Bastos**, a Juíza Substituta é **Adriana Kunrath**, e a Diretora de Secretaria é a servidora **Andrea Puccini**.



O Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho também foi implantado na unidade em 23 de setembro de 2013. Antes disso, "a unidade trabalhou com livros e fichas pelo menos até o início da década de 1990, quando a informatização das Varas deixou de ser iniciativa isolada de juízes e passou a ser conduzida pelo próprio TRT", conforme menciona o Juiz Mauricio Schmidt Bastos.

Em todo o ano de 2015, foram distribuídos à 2ª Vara do Trabalho **1.713 processos**. Em junho de 2016, já tinham sido recebidos **973 processos**, **171 somente naquele mês**.

CURIOSIDADES

Segundo o Juiz Maurício, recentemente, com a colaboração diligente de uma advogada trabalhista, a 2ª Vara conseguiu localizar bens de uma transportadora contra a qual arrastavam-se na Região dezenas de execuções e, pela felicidade da boa localização de um imóvel passível de penhora e que foi identificado pela advogada, o leilão teve resultado bastante expressivo e liquidou cerca de cem processos trabalhistas que haviam sido distribuídos em 1997, em sua maioria:

"Peculiar a este processo o fato de que comprovamos o conhecimento da tramitação do processo (que a executada alegava desconhecer) por meio do seu cadastramento no Push (serviço de informações do TRT) e da detalhada análise do processo pela Secretaria, que percebeu alegações injustificadas de desconhecimento dos atos do processo.

Antes disso, mas logo após chegar à Unidade, lembro de ter sido procurado pelo sucessor de um ex-devedor que teve um imóvel gravado com penhora, há muitos anos e, por algum equívoco, não teve a penhora liberada antes do arquivamento dos autos. Ele precisava comprovar a liberação do imóvel e lembro que estava muito ansioso com as dificuldades que enfrentava para obter tal liberação. Pedimos o processo ao arquivo, conferimos o processo de ponta a ponta e, não havendo óbice algum, liberamos o imóvel da constrição judicial. Ainda lembro da felicidade da pessoa que nos procurou com a agilidade com que o problema foi resolvido".

AS SEDES

As **sedes** posteriores das duas JCJs foram localizadas na Praça da Matriz (na Rua João Amorim de Albuquerque, nº 72), em 1943. Após, de 1948 até 1962, as unidades estiveram sediadas na Rua Capitão Montanha, nº 26, 6º andar. Em 1963, mudaram-se para a Av. Júlio de Castilhos, nº 342. Em 1979, por fim, estabeleceram-se em sua localização atual, na **Av. Praia de Belas, nº 1.432, 5º Andar**.



A CIDADE DE PORTO ALEGRE

A jurisdição atual das unidades compreende o **Município de Porto Alegre**, o qual, segundo dados do IBGE, em 2010, possuía:

população residente de 1.409.351 pessoas **unidade territorial de 496,682 km²** **densidade demográfica de 2.837,53 habitantes por km²**

O povoamento que originou Porto Alegre começou em 1752, com a chegada de 60 casais portugueses açorianos trazidos por meio do Tratado de Madri para instalarem nas Missões, região do Noroeste do Estado que estava sendo entregue ao governo português em troca da Colônia de Sacramento, nas margens do Rio da Prata.

A demarcação dessas terras demorou para acontecer, e os açorianos permaneceram no então chamado **Porto de Viamão**, primeira denominação de Porto Alegre.

A data oficial da fundação da cidade é **26 de março de 1772**, com a criação da **Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais**, um ano depois alterada para **Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre**.

Em 24 de julho de 1773, Porto Alegre se tornou a capital da Capitania.

Em 14 de novembro de 1822, por Decreto de D. Pedro I, a Vila de Porto Alegre foi elevada à categoria de Cidade, "com todos os foros e prerrogativas das outras cidades do Império"